

## Os porta-vozes do destino: caracterização do trabalho dos guias de turismo no Brasil<sup>12</sup>

**Bianca Paes Garcia dos Santos**

Mestra em Turismo pela Universidade de São Paulo (EACH-USP), Brasil.  
Docente de Ensino Superior no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), Brasil.  
E-mail: [biancapaesgs@gmail.com](mailto:biancapaesgs@gmail.com)

**Edegar Luís Tomazzoni**

Doutor em Ciências da Comunicação com Ênfase em Turismo (ECA/USP), Brasil.  
Docente do Mestrado em Turismo e do Curso de Lazer e Turismo da EACH/USP, Brasil.  
E-mail: [eltomazzoni@usp.br](mailto:eltomazzoni@usp.br)

### Resumo

O mundo do trabalho tem passado por profundas transformações, tornando-se mais intenso, flexível e precário. Observa-se a retirada de direitos trabalhistas, o aumento da terceirização e da informalidade, a redução dos salários, a ampliação e flexibilização das jornadas, o enfraquecimento das ações sindicais e a valorização da ideologia do empreendedorismo. Os trabalhadores do turismo também foram afetados por essas metamorfoses, incluindo os guias de turismo, a primeira e única profissão reconhecida e regulamentada do setor no Brasil. Os guias de turismo são os profissionais que orientam, acompanham e transmitem informações aos turistas, proporcionando conhecimentos sobre a cultura local e sobre os atrativos. Atuam na mediação entre turistas, comunidade receptiva e empresas, contribuindo para a qualidade dos serviços e para a preservação da identidade e dos valores do destino. Contudo, pouco se sabe sobre o perfil do trabalhador e as dimensões e condições do trabalho. Por isso, objetivou-se caracterizar o trabalho do guia de turismo no Brasil e, especificamente, analisar a qualidade e as condições de sua atuação, identificando as principais manifestações de precariedade. Os procedimentos metodológicos abrangeram pesquisa bibliográfica e documental, aplicação de questionários e entrevistas. Os resultados indicam que o trabalho do guia de turismo difere das outras ACTs, especialmente, no que tange às questões de faixa etária e escolaridade, assemelhando-se em função das longas jornadas, baixos rendimentos, alta informalidade e estímulo à pejotização. Ao entender essas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no XX Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

<sup>2</sup> Este artigo foi derivado da dissertação da autora, disponível no link:  
[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/ide-27012022-214349/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/ide-27012022-214349/pt-br.php)

características, conclui-se que, apesar de ser uma profissão reconhecida e regulamentada, apresenta condições precárias, principalmente diante das longas jornadas e da alta informalidade, que deixam os trabalhadores desassistidos dos direitos trabalhistas. Por fim, relevam-se novas problemáticas, portanto, é imperativo que se fomentem outras discussões sobre as condições de trabalho dos guias de turismo, ao mesmo tempo, em que se estimule a organização coletiva da classe, para o combate à precarização do trabalho.

**Palavras-chave:** Guia de turismo. Trabalho no turismo. Condições de trabalho. Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no mundo do labor afetam os trabalhadores de diferentes áreas, incluindo o setor de serviços, onde se encontram os trabalhadores do turismo e, entre eles, os guias de turismo. Em geral, os autores que acreditam no fim do trabalho "corroboram uma compreensão bastante restrita do proletariado, visto quase exclusivamente como uma classe operária industrial" (Mattos, 2019, p. 111). Na contramão, outros pesquisadores percebem que, apesar de transformado, o trabalho continua sendo um elemento central nas sociedades; afinal, é cada vez maior a parcela da população que possui como único meio de subsistência a venda da sua força de trabalho (Antunes, 1999).

Dialeticamente, compreende-se que as alterações ocorridas na sociedade refletem na organização do trabalho, ao passo que as mudanças nas formas de produção implicam mudanças sociais. Portanto, não houve o fim do trabalho, mas sim "a morte anunciada do emprego", principalmente, do pleno emprego (trabalho assalariado e formal) (Pochmann, 2001, p. 96). Nesse sentido, pesquisadores se debruçam a entender tais transformações do mundo do trabalho, principalmente, a partir de suas condições e qualidade, evidenciando suas 'novas' características, como o aumento da precarização e da terceirização. Ademais, discutem sobre a nova composição e configuração da classe trabalhadora.

Com as mudanças ocorridas na sociedade, especialmente o avanço tecnológico e as tecnologias da informação e comunicação, o emprego industrial deixou de ser central, dando lugar à expansão do setor de serviços. Ao mesmo tempo, a classe composta por aqueles que vivem exclusivamente da venda da sua força de trabalho nunca foi tão grande. Assim, apresenta-se uma das principais contradições do trabalho atualmente: uma imensa classe trabalhadora que observa a redução dos postos de emprego, a piora da qualidade e das condições de trabalho, mas, ainda assim, se sujeita às novas modalidades de trabalho para não ficar desempregada e sem sustento (Antunes, 2020).

Nesse contexto, a organização do trabalho no turismo também se alterou, manifestando as características das novas modalidades do mundo do trabalho contemporâneo. Apesar de suas singularidades, o setor não está isolado da dinâmica global. Comumente, ao discutir turismo e trabalho, destaca-se a visão do setor como um significativo gerador de emprego e renda, capaz de superar qualquer crise nessa área.

Por se tratar de um setor que tem sua produção vinculada à prestação de serviços, com intenso uso de mão de obra, os discursos, documentos e materiais de divulgação oficiais, frequentemente destacam a alta empregabilidade como recurso para combater o desemprego e promover o desenvolvimento local. Entretanto, essas narrativas carecem de reflexão crítica sobre as condições, as características e a qualidade desse trabalho no âmbito do turismo.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) apresenta um discurso “romantizado”, enfatizando os benefícios do turismo: a criação de empregos, a redução da pobreza e a promoção da sustentabilidade, paz e compreensão multicultural (UNWTO, 2015). Paralelamente, o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), apesar dos 62 milhões de empregos perdidos devido à pandemia, destaca que o turismo passou a representar um a cada 11 postos de trabalho (WTTC, 2021). No Brasil, o setor turístico representou 7,7% do PIB em 2019, mas essa contribuição caiu para 5,5% em 2020. Essa queda refletiu na diminuição do número de empregos, passando de 7,7 milhões em 2019 para seis milhões de trabalhadores vinculados diretamente ou indiretamente aos serviços turísticos em 2020. Esse contingente representou cerca de 7,2% do total de empregos no país no mesmo período (WTTC, 2021).

Ao apresentar esses dados, parece evidente a relevância do turismo como um dos principais setores das economias ao redor do mundo, especialmente no que se refere à geração de empregos e participação no Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, conforme apontado por Santos (2018), essas estatísticas tendem a estar superestimadas, seja pelo interesse dos órgãos em supervalorizar a participação do setor na economia, seja pela carência de pesquisas na área e falta de consistência nas poucas informações disponíveis.

A OMT já se posicionou sobre os dados relacionados ao mundo do trabalho no turismo, apontando que “permanecem inadequadamente medidos e insuficientemente estudados” (UNWTO, 2014, p. 12), pois são dados fragmentados, de pouca qualidade e baixa comparabilidade internacional. Diante da preocupação com a fragilidade dessas informações, em 2014, a OMT lançou um documento focado na mensuração dos empregos no turismo, reconhecendo a necessidade de uma abordagem mais consistente na descrição e medição do trabalho nesse setor. Este material possuía um guia de boas práticas, identificando os poucos países que possuíam instrumentos eficazes para avaliar o emprego e o impacto do turismo em suas economias (UNWTO, 2014). O Brasil está entre esses países, contando com o Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Turismo (SIMT), um projeto desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em colaboração com o Ministério do Turismo (MTur).

Conforme dados do SIMT, em 2019, o Brasil empregava aproximadamente 2,2 milhões de trabalhadores, entre formais e informais, em atividades características do turismo, representando 2,3% dos trabalhadores ocupados nos outros setores da economia. Dentre os trabalhadores do turismo, 51,2% estão na informalidade, enquanto que no restante da economia esse índice é de 41,6% (IBGE, 2019; IPEA, 2019).

É evidente que os dados apresentados pelo SIMT contrastam significativamente com os números divulgados pela WTTC, notoriamente superestimados. Isso ocorre porque o IPEA criou e utiliza uma metodologia mais apurada, que mensura os empregos diretamente relacionados às atividades características do turismo por meio de um coeficiente que considera a diversidade de ACTs, a sazonalidade e as diferenças regionais, obstáculos para as pesquisas de trabalho no turismo apontados pela OMT.

No ano de 2020, a OMT manifestou-se preocupada com o futuro do trabalho no turismo, pois “é evidente que estamos diante de um momento de mudança no mundo do trabalho. O desenvolvimento tecnológico, as mudanças demográficas, o imperativo ambiental e climático, a globalização e as desigualdades contínuas, tudo isso afeta o futuro do trabalho” (OMT, 2020, p. 8). O setor do turismo, por depender intensamente do uso de mão de obra, se vê profundamente afetado por essas transformações que estão alterando as modalidades de trabalho, os modelos de negócios, os padrões de consumo e todas as relações da cadeia produtiva do turismo (OMT, 2020). Por isso, a instituição

aponta a qualidade do trabalho no turismo como um dos elementos mais importantes para as discussões dos próximos anos.

Nesse sentido, Meliani (2021) destaca uma grande contradição no turismo, apontando para a discrepância entre a relevância do setor na economia e no desenvolvimento de destinos e a precariedade do trabalho que gera. Isso porque o turismo, em todo o mundo, tem reproduzido as características das novas modalidades de trabalho: baixos salários, longas e flexíveis jornadas, aumento da informalidade e da terceirização, além da alta rotatividade, da desvalorização do trabalho feminino e baixa organização sindical. Essas características são agravadas por particularidades do turismo, como a baixa qualificação da força de trabalho, sazonalidade, tendência ao emprego temporário e de meio período e a contratação de mulheres, imigrantes e jovens.

O trabalho no turismo desenvolveu-se historicamente pautado na precariedade (Cañada, 2019). Essa realidade se deve às dinâmicas próprias do setor, como a sazonalidade que faz a demanda por força de trabalho oscilar demasiadamente. Assim, as empresas buscam formas de flexibilizar a contratação. Além disso, a fixação das atividades turísticas nos territórios resulta na concentração de empresas, que, incapazes de se deslocarem em busca de regiões com salários mais baixos, acabam por reduzir os custos trabalhistas localmente. Por fim, a pouca exigência de qualificação e os baixos custos de formação e treinamento contribuem para aumentar a competição entre os trabalhadores por empregos com baixa remuneração.

Ainda que o trabalho no turismo apresente essas características, é necessário particularizar a análise para cada uma das Atividades Características do Turismo (ACTs), a fim de compreender a aplicação desses apontamentos e a intensidade deles, pois o setor do turismo é composto por diferentes segmentos, cada qual com suas singularidades. Além disso, no interior de cada atividade, há diferenças de contextos regionais que devem ser consideradas. Entre os trabalhadores do turismo, sujeitos a essas condições de trabalho e práticas laborais, encontram-se os guias de turismo que compõem a primeira e, até o momento, única profissão reconhecida e regulamentada no setor do turismo no Brasil.

Os guias de turismo desempenham um papel crucial, orientando, acompanhando e fornecendo informações aos turistas, compartilhando conhecimentos sobre a cultura local e os pontos turísticos a serem visitados. Ademais, atuam como mediadores entre os turistas, as comunidades locais e as empresas, desempenhando um papel significativo na garantia da qualidade dos serviços turísticos e na preservação da identidade e dos valores dos destinos (Chimenti; Tavares, 2007; Holloway, 1981; Irigüler; Güler, 2016; Rabotic, 2010; Valle, 2003). Por essa razão, é fundamental entender e discutir o quanto esses trabalhadores estão sujeitos às práticas contemporâneas de exploração, mesmo que estas sejam camufladas sob narrativas de trabalho autônomo e empreendedor.

É nesse contexto que essa pesquisa objetivou caracterizar o trabalho do guia de turismo no Brasil, concentrando-se na análise do perfil dos/as trabalhadores/as e nas dimensões e condições desse trabalho, buscando identificar as principais manifestações de precariedade.

Há mais de 40 anos, Holloway (1981) já apontava a escassez de estudos científicos sobre os guias de turismo. Essa constatação foi reafirmada no contexto brasileiro por Santos e Tomazzoni (2020), que identificaram uma predominância de estudos descritivos sobre as atividades profissionais dos guias, análises do mercado turístico receptivo e uma abordagem que os considerava como recursos metodológicos em estudos diversos. Estas pesquisas, em sua maioria, parecem reforçar junto ao mercado a importância e o papel dos guias de turismo. Contudo, apesar dos esforços para obter

reconhecimento e valorização, poucos estudos proporcionam discussões que possam promover ações emancipatórias para esses trabalhadores.

Este artigo segue a seguinte estrutura: na introdução, a temática dos estudos do trabalho é apresentada, enfatizando que as práticas laborais no turismo possuem singularidades, mas estão relacionadas às transformações no mundo do trabalho. Na sequência, é realizada uma revisão da literatura sobre guias de turismo, com o objetivo de compreender as atividades desenvolvidas por esses trabalhadores. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa são descritos em seguida. Os resultados, alinhados com o objetivo da pesquisa, são apresentados em tópicos que analisam o perfil dos/as trabalhadores/as em diferentes aspectos individuais, bem como as dimensões e condições do trabalho, usando categorias que ajudam a compreender a realidade desses profissionais.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

Os guias de turismo desempenham um papel essencial ao orientar, acompanhar e transmitir informações aos turistas. Eles oferecem conhecimentos sobre a cultura local e sobre os atrativos a serem visitados (Holloway, 1981; Irigüler; Güler, 2016; Rabotic, 2010). Para Picazo (1996), a atuação do guia de turismo é fundamentada em três pilares primordiais: conhecimento cultural e prático, proficiência em idiomas e uma postura voltada para o serviço (ato de servir ao visitante).

A principal função do guia de turismo é a de compartilhar com turistas e visitantes informações detalhadas, histórias, curiosidades e valores sobre a cultura e os atrativos que estão sendo visitados. Além disso, eles também têm o compromisso de orientar sobre as regras e as normas pertinentes à visita, pois estão na linha de frente dos trabalhadores do turismo (Ap; Wong, 2001; Rabotic, 2010; Valle, 2003).

Ap e Wong (2001) destacam a habilidade dos guias de turismo de transformar simples visitas turísticas em verdadeiros passeios de experiência. Sem essa mediação, segundo Rabotic (2010), muitos recursos dos destinos permaneceriam incompreendidos, indisponíveis ou subvalorizados pelos visitantes. É nesse sentido que esses trabalhadores são apontados como os porta-vozes do destino, pois representam as localidades diante de olhares externos.

Isso porque o guia de turismo é capaz de promover os recursos e as atrações das localidades turísticas, contribuindo com a qualidade do serviço turístico e com a experiência dos visitantes, além de auxiliar na preservação da identidade e dos valores do destino turístico (Chimenti; Tavares, 2007; Holloway, 1981; Irigüler; Güler, 2016; Rabotic, 2010; Valle, 2003; Zettermann; Vergara, 2017). Existem duas formas de atuação: receptivo e emissivo. Na atuação como guia receptivo, eles recebem turistas de outras localidades em um determinado destino. Na atuação como guia emissivo, eles levam turistas de uma ou mais localidades para o destino (Zettermann; Vergara, 2017).

Diferentemente de outros trabalhadores do turismo, os guias estabelecem uma relação próxima com os visitantes e, por essa razão, conseguem proteger os interesses da localidade (Irigüler; Güler, 2016; Rabotic, 2010). No entanto, como destacado por Irigüler e Güler (2016), essa proximidade tem suas complexidades, como o tempo limitado para si próprios durante o trabalho, sobrecarga emocional e desafios constantes, mas ainda assim a necessidade de manutenção de uma postura otimista e agradável, mesmo na gestão de conflitos (Meira et al., 2018). Assim, nota-se que são trabalhadores centrais para a atividade turística e experiência dos visitantes.

A organização da categoria de guias de turismo varia significativamente em cada país, evoluindo de uma vocação espontânea para uma forma jurídica estabelecida posteriormente. Como mencionado por Picazo (1996), os requisitos e autorizações administrativas para exercer a profissão variam consideravelmente de acordo com cada país. No Brasil, desde 1993, a profissão é oficialmente reconhecida e regulamentada pela Lei nº 8.623/93 e pelo Decreto nº 946/93.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As técnicas para coleta de dados e informações foram: pesquisa bibliográfica, análise documental, questionários e entrevistas. Foram analisados documentos normativos, tais como leis, decretos e portarias, além de informações e relatórios provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur).

Inicialmente, constatou-se a ausência de alguns dados, particularmente os relacionados aos guias de turismo registrados como microempreendedores individuais (MEIs) em sites oficiais, como os do Ministério do Turismo, Receita Federal e Ministério da Economia. Para suprir essa lacuna, protocolou-se a solicitação de acesso aos referidos dados no Portal da Transparência. Após os trâmites, foram recebidos dois relatórios: um fornecido pelo Ministério do Turismo relativo aos guias de turismo cadastrados como MEI no Cadastur e outro proveniente do Ministério da Economia sobre números de MEIs vinculadas à Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAEs) específicos.

Aplicaram-se questionários direcionados aos guias de turismo do Brasil, com blocos de questões sobre as temáticas: identificação, atuação, caracterização dos trabalhadores, escolaridade, remuneração, jornadas de trabalho, caracterização das atividades desenvolvidas, sazonalidade, acidentes e doenças associadas ao trabalho, posição na ocupação, rede, pandemia e outros contatos. A aplicação ocorreu de maneira eletrônica; as questões foram inseridas e formatadas em um formulário do Google e o link enviado aos potenciais respondentes. A circulação dos questionários se deu principalmente em grupos especializados de guia de turismo, no *Whatsapp* e no *Facebook*.

O questionário foi direcionado à totalidade dos guias de turismo do Brasil, conforme cadastro no Cadastur, um banco de dados do Ministério do Turismo, que registrava 24.284 guias até o primeiro trimestre de 2020. Os questionários foram enviados para os e-mails cadastrados, além da circulação e convite de outros guias, pelas mídias digitais. O Cadastur é uma plataforma online que reúne informações de prestadores de serviços turísticos no país, com a colaboração dos órgãos oficiais de turismo das unidades federativas (Brasil, 2021).

O período para respostas aos questionários foi de dois meses, entre junho e julho de 2020, resultando em 784 respostas. Destas, 29 eram duplicadas e 63 foram invalidadas, resultando em 692 respostas válidas. Essa amostra representa aproximadamente 3% do universo total de guias de turismo no Brasil em 2020, com a exceção do estado de Rondônia, que não participou desta pesquisa.

Optou-se por entrevistar os representantes de entidades de classe, em razão de suas experiências e representatividade, para fornecer informações relevantes sobre o trabalho dos guias de turismo. Ao todo, 25 representantes de entidades representativas de guias de turismo no Brasil colaboraram com a pesquisa.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A caracterização do trabalho do guia de turismo no Brasil foi realizada a partir da reflexão sobre o perfil do trabalhador, as dimensões e condições do trabalho.

Uma das principais características do turismo é sua transdisciplinaridade, que abarca uma ampla variedade de setores que compõe a atividade. Dada essa complexidade, é essencial considerar as singularidades de cada grupo de trabalhadores envolvidos, já que cada segmento apresenta suas próprias características e especificidades. Contudo, ao buscar traçar um panorama e/ou realizar comparações com outras profissões no âmbito do turismo, frequentemente utilizou-se as pesquisas do IPEA como um indicador referencial.

A categoria dos guias de turismo não é separadamente categorizada como uma das Atividades Características do Turismo (ACTs) nas pesquisas do IPEA. Isso ocorre porque a atividade de guiamento é transversal às demais ACTs, que têm atuações mais definidas. Conseqüentemente, pode-se encontrar esses trabalhadores (guias) atuando vinculados a agências de viagens, empreendimentos de cultura e lazer ou, até mesmo, a empresas de transporte terrestre. Entende-se, portanto, que embora uma parcela dos guias de turismo, especialmente aqueles com vínculos formais, seja contabilizada, a maioria desses profissionais ainda permanece sem mensuração adequada de suas atividades.

**Tabela 1 - Número de trabalhadores por Atividades Características do Turismo (ACT's)**

ACT's (1)	TOTAL DE TRABALHADORES (FORMAIS E INFORMAIS)
Alojamento	318.114
Alimentação	1.271.932
Transporte Terrestre	358.222
Transporte Aquaviário	7.640
Transporte Aéreo	55.057
Aluguel de Transportes	48.839
Agência de Viagem	92.865
Cultura e Lazer	39.566
<b>Guiamento</b>	<b>24.308</b>

Fonte: SIMT/IPEA (2019); Brasil (2020), organizado pelos autores, 2021.

Legenda: (1) Os dados das ACTs, segundo o IPEA, são referentes ao ano de 2019. Os dados da atividade de guiamento, segundo o Cadastur, são referentes ao ano de 2020.

De acordo com o IPEA (2019), as atividades de alojamento, transporte aéreo e agências de viagens compõem o chamado núcleo das ACTs, uma vez que são atividades que se dedicam majoritariamente ao atendimento de turistas, o que pode permitir que reflitam melhor as dinâmicas específicas do setor. Ao passo que as demais ACTs, além dos turistas, também atendem moradores. Considerando que os guias de turismo geralmente se dedicam exclusivamente ao atendimento de turistas e visitantes, é possível argumentar que as atividades de guiamento poderiam integrar esse núcleo, já que sua prestação de serviços se concentra majoritariamente nesse público específico.

Desse modo, nesta pesquisa, a atividade de guiamento é analisada como uma ACT separa para permitir a discussão e comparação de suas características e peculiaridades. Embora a metodologia do IPEA seja inovadora e crucial para compreender o panorama das atividades características do turismo, existe a necessidade de reavaliar as atividades

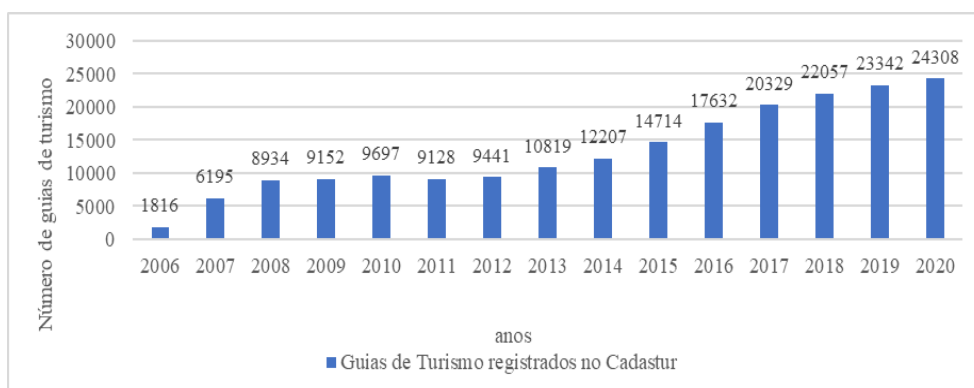
selecionadas para incluir mais trabalhadores do setor, possibilitando a ampliação das análises da realidade, permitindo que se tornem mais complexas e abrangentes.

#### 4.1 Caracterização dos guias de turismo, segundo o Cadastur

Conforme os dados do Cadastur, os guias de turismo são a segunda categoria mais presente nos registros da plataforma, correspondendo a 20% dos cadastros, ficando logo atrás das agências de viagens, que representam 28%. Esses números revelam a significativa representatividade dos guias de turismo, totalizando 24.308 profissionais dedicados às atividades de guiamento em todo o Brasil (Brasil, 2021).

Examinando o registro de guias no Cadastur ao longo dos anos, uma tendência de crescimento se destaca. Porém, conforme apontado por Santos (2018), observa-se que o crescimento dos empregos no turismo tende a acompanhar, embora com índices inferiores, o restante da economia. Ou seja, percebe-se que “o emprego no turismo cresce, quando a economia também cresce” (Santos, 2018, p. 124).

**Gráfico 1 - Registros dos guias de turismo no Cadastur 2006 - 2020**



Fonte: Brasil (2020), organizado pelos autores (2021).

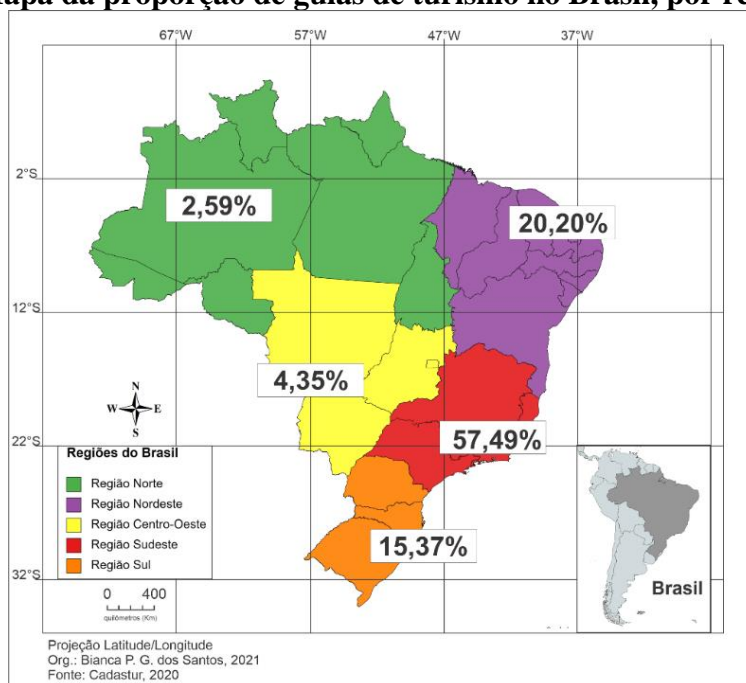
No entanto, o crescimento no número de guias de turismo no Brasil apresenta certa particularidade, pois a economia brasileira não apresentou crescimento linear ao longo desse período. Assim, pode-se atribuir esse crescimento à popularização da plataforma (Cadastur), a maior disponibilidade de cursos técnicos na área e, talvez, maior exigência do mercado e dos turistas por profissionais qualificados e devidamente cadastrados.

No estudo conduzido por Arbache (2001), identificou-se que um dos fatores influentes no mercado de trabalho são as características regionais. Regiões com atividade econômica mais intensa e taxas de desemprego menores tendem a apresentar mercados de trabalho mais dinâmicos e com remunerações superiores. Portanto, espera-se que “a distribuição das atividades econômicas entre as regiões afete os indicadores do mercado de trabalho naquele setor” (Arbache, 2001, p. 64). Considerando a forte relação do turismo com as especificidades territoriais, Santos (2018, p. 122) destaca que analisar “a distribuição espacial do trabalho no turismo é fundamental para o entendimento do próprio turismo no Brasil”.



Dentre os trabalhadores formais do turismo, conforme apontado pelo Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT/IPEA 2019), há uma significativa discrepância regional, com evidente concentração dos trabalhadores na região Sudeste, onde se encontram 57% dos ocupados formalmente em atividades turísticas. No caso específico dos guias de turismo, sua distribuição segue a tendência apresentada pelas outras ACTs, estendendo-se por todo o país, como evidenciado na Figura 1. Regionalmente, o Sudeste concentra o maior número desses trabalhadores (57,4%), seguido pelo Nordeste (20,2%), Sul (15,4%), Centro-Oeste (4,4%) e Norte (2,6%).

**Figura 1 - Mapa da proporção de guias de turismo no Brasil, por região, em 2020**



Fonte: Brasil (2020), organizado pelos autores (2021).

A distribuição desigual dos guias de turismo pelo Brasil reflete uma série de fatores interligados. Além dos fatores já apontados, como a concentração de capital, renda e infraestrutura turística, na situação dos guias de turismo, pode-se apontar a densidade populacional e a distribuição dos fluxos turísticos (centralizados na região concentrada). Além disso, a disparidade histórica no acesso à educação profissional emerge como um fator central para entender essa discrepância, ilustrada pela marcante quantidade de guias no Rio de Janeiro (mais de 8604) em comparação com estados como Rondônia (apenas 12).

No caso do Rio de Janeiro, onde mais de um terço dos guias do país estão concentrados, a situação transcende o status de um dos principais destinos turísticos do Brasil. De acordo com o entrevistado Ricardo<sup>3</sup> (RJ):

*- Recentemente, o que a gente passou aqui no Rio de Janeiro foi um sonho de verão e isso fez um bum na formação de guias, parecia padaria. Quando eu falo de sonho de verão, tô falando desses grandes*

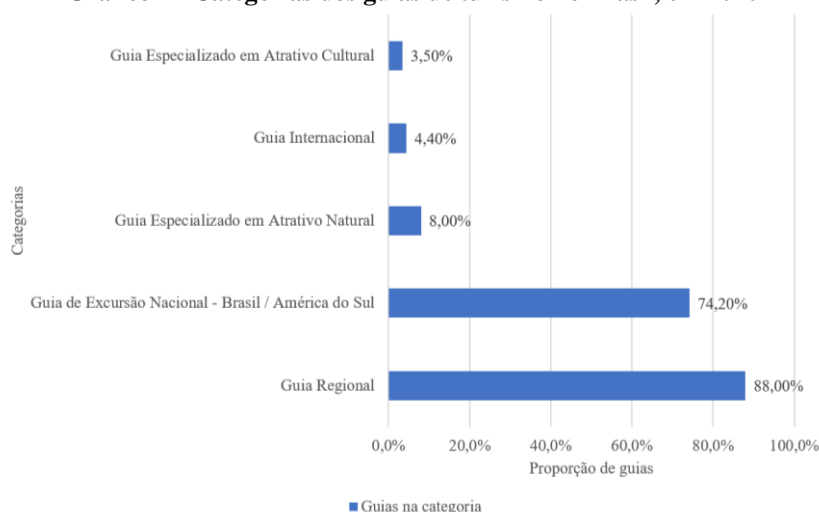
<sup>3</sup> Nesta pesquisa, utilizou-se de nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos entrevistados.

*eventos que aconteceram por aqui, teve o Pan em 2007, a visita do Papa em 2013, Copa em 2014 e Olimpíadas em 2016. Isso fez muita gente querer ganhar dinheiro como guia, mas depois percebeu que não era sustentável. Por isso, no Cadastur diz que temos quase 9 mil guias no estado, mas no levantamento que a gente fez no início da pandemia, deu pra perceber que só uns 3000, 3500 estão na ativa (Ricardo, RJ).*

Com esse depoimento do Ricardo (RJ), pode-se perceber o quanto os eventos ou ações pontuais nos destinos geram uma demanda pelos serviços de guiamento que depois não se sustenta ao longo dos anos. Essa dinâmica explica por que há um grande número de pessoas cadastradas como guias no Cadastur, mas que não exercem a profissão regularmente. Adicionalmente, sabe-se que existe um número considerável de trabalhadores que exercem a atividade profissional sem registro (atuando ilegalmente).

No contexto das categorias de atuação dos guias de turismo, como Guia Regional, Guia de Excursão Nacional - Brasil / América do Sul, Guia Internacional, Guia Especializado em Atrativo Cultural e Guia Especializado em Atrativo Natural, observa-se uma predominância significativa dos guias regionais, representando cerca de 88%. Esses profissionais estão habilitados a levar ou receber turistas dentro de uma unidade federativa específica. Esse dado corrobora com a tendência destacada na literatura, que aponta o Brasil majoritariamente como um país receptivo no âmbito do turismo. Os guias regionais, em sua maioria, atendem ao turismo receptivo nos destinos, enquanto os guias nacionais tendem a ter uma atuação mais voltada para o turismo emissor. Isso reflete a atuação localizada dos guias, que geralmente operam dentro dos limites de seus estados

**Gráfico 2 - Categorias dos guias de turismo no Brasil, em 2020**



Fonte: Brasil (2020), organizado pelos autores (2021).

O Gráfico 2 revela uma baixa representatividade dos guias especializados e internacionais. Isso pode ser atribuído, em grande parte, à escassez de cursos de especialização para guias em todo o Brasil, especialmente em instituições públicas. Embora algumas entidades privadas ofereçam tais cursos, mas não de forma constante. Em 2021, o Ministério do Turismo ofertou, pela primeira vez, cursos de especializações técnicas para todas as regiões do país, em parceria com universidades públicas locais. No entanto, outro fator contribuinte é a ausência de obrigatoriedade de especialização técnica para atuações específicas.

No caso da especialização em atrativos naturais, ressalta-se a existência de outras formações correspondentes, como condutor ambiental. Em certas Unidades de Conservação, a atuação exige o curso de condutor, geralmente oferecido pela própria gestão da unidade, sem a obrigação do curso de especialização como guia. Assim, supõe-se que os guias que atuem em áreas naturais prefiram a formação complementar/paralela de condutor do que a especialização. No caso dos guias internacionais, acredita-se que a baixa adesão à categoria se dá, também, pelas especificidades normativas para atuação. Muitas vezes, os guias devem se formar nos cursos nos países em que irão atuar, a fim de obter o registro e conhecer as dinâmicas turísticas e culturais do local.

## 4.2 O perfil do/a trabalhador/a

O perfil do/a trabalhador/a foi traçado considerando as 692 respostas ao questionário. Os entrevistados fizeram análises importantes para entender alguns dados e refletir sobre a realidade apresentada.

### 4.2.1 Faixa etária

Analisando as outras Atividades Características do Turismo (ACTs) registradas pelo IPEA, constata-se que, em 2019, 65,4% dos trabalhadores formais no setor turístico tinham entre 25 e 49 anos. Os jovens, trabalhadores com idade até 24 anos, representavam 18,4%, enquanto aqueles com mais de 50 anos somavam 16,2%.

A profissão de guia de turismo, embora seja uma formação técnica e de nível médio, exige que os trabalhadores tenham 18 anos, no mínimo, para o exercício profissional. Devido ao recorte amostral realizado, que permitiu a participação apenas de guias devidamente regularizados, não houve inclusão de trabalhadores com menos de 18 anos na pesquisa.

No âmbito das atividades de guiamento, tanto formais quanto informais, mais da metade dos trabalhadores (56,1%) situam-se na faixa etária entre 25 e 49 anos. Em seguida, encontram-se aqueles com mais de 50 anos (39,7%), enquanto os jovens de até 24 anos representam uma parcela menor (4,2%). Essa configuração aponta para um baixo emprego de mão de obra jovem, em contraste com outras ACTs, revelando que o guiamento é uma atividade profissional realizada por pessoas mais velhas.

Embora seja possível ingressar em cursos técnicos a partir dos 16 anos, é plausível que a necessidade de formação específica possa explicar a entrada tardia no mercado de trabalho dessa profissão. Por outro lado, o alto índice de emprego de mão-de-obra mais velha, possivelmente, reforça o estereótipo de que muitos trabalhadores passam a se dedicar ao guiamento depois após a aposentadoria em outra área de atuação.

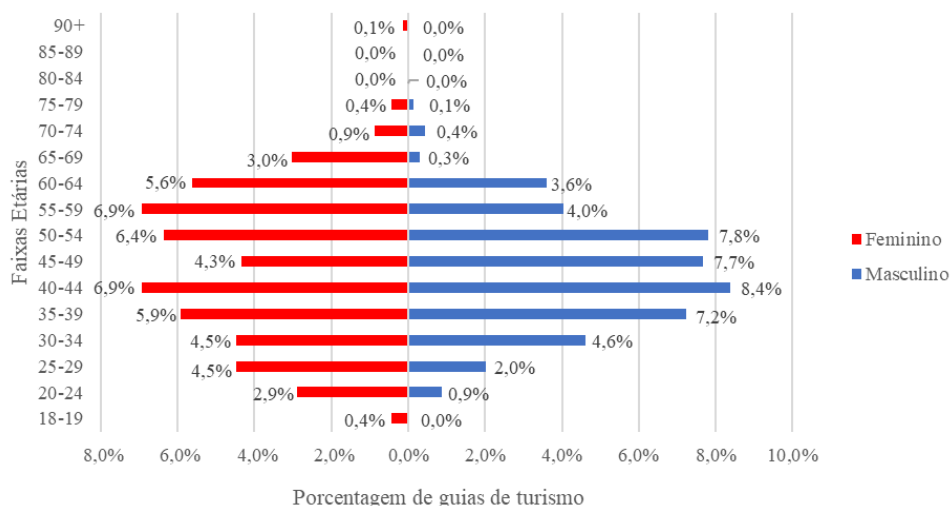
**Tabela 2 – Faixa etária dos guias de turismo no Brasil, em 2020**

FAIXAS ETÁRIAS	GUIAS DE TURISMO	REPRESENTAÇÃO (%)
Até 24 anos	29	4,2%
25 a 49 anos	388	56,1%
50 anos ou mais	275	39,7%
<b>TOTAL</b>	692	100%

Fonte: Os autores (2021).

A análise da pirâmide etária por gênero revela particularidades interessantes sobre os guias, especialmente em relação à idade e à prática profissional. Nota-se que a maior parte dos trabalhadores de 18 a 29 anos são do gênero feminino, enquanto dos 30 aos 54 anos a maioria é masculina, voltando a predominância feminina acima dos 55 anos de idade. Isso indica que as trabalhadoras são maioria no início e no fim da vida profissional, mas no bojo da carreira, a atividade de guiamento é majoritariamente masculina.

**Gráfico 3 – Pirâmide etária dos guias de turismo no Brasil, em 2020**



Fonte: Os autores (2012).

São diversas as razões que podem elucidar as causas desse “recorte” na pirâmide etária. Durante as entrevistas, questões como a maternidade e a necessidade de um emprego formal para garantir a estabilidade familiar foram apontadas como fatores importantes na trajetória profissional de algumas guias, como comentado pela entrevistada Viviane (SP):

*- Ali no começo dos anos 90, 1990 e pouco, eu já trabalhava como guia aqui na cidade, mas precisei dar uma pausa por um tempo e só voltei depois de 98. Eu tinha os meninos pequenos em casa e, sozinha, precisei começar a trabalhar no colégio de segunda a sexta. Minha mãe me ajudava e ficava com eles enquanto eu trabalhava, mas não sobrava muito tempo pra fazer o turismo. Depois, com eles maiorzinhos, fui conseguindo voltar a trabalhar de guia e tô aqui até hoje... (Viviane, SP).*

#### 4.2.2 Gênero

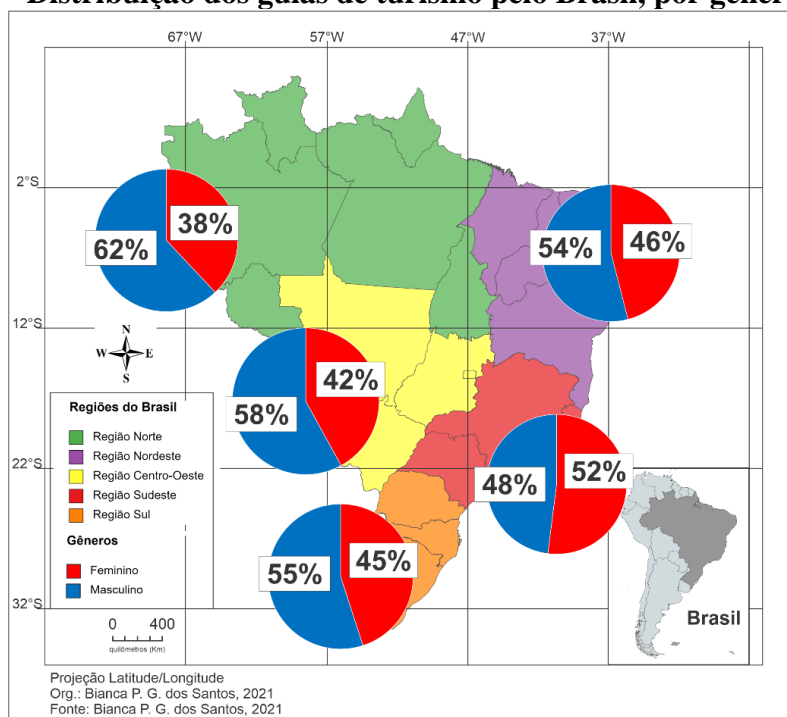
Assim como Viviane, muitas outras mulheres trabalham como guias de turismo no Brasil representando a maioria na pesquisa realizada, totalizando 52,9% dos participantes. Em um panorama mundial, de acordo com Baum (2013), as mulheres representam 55,5% do mercado de trabalho no turismo. No Brasil, de acordo com o SIMT/IPEA (2019), as mulheres ocupam 54% dos empregos formais do turismo. Portanto, percebe-se que,

apesar da predominância feminina entre os guias, essa proporção é ligeiramente inferior à observada no mercado de trabalho do turismo em âmbito mundial e nacional.

Historicamente, as mulheres são predominantes em trabalhos internos, relacionados aos cuidados domésticos e de reprodução e manutenção da vida cotidiana. Assim, Cañada (2019) aponta a feminização de atividades profissionais que sejam associadas ao trabalho doméstico e reprodutivo. Entende-se, portanto, que o trabalho dos guias de turismo é mais feminilizado, pois, apesar de não se configurar como um trabalho interno e ser exercido, em sua maioria, na rua, são desempenhadas atividades relacionadas ao cuidado com o outro, nesse caso com os turistas. É comum que os guias de turismo se preocupem com cuidados de alimentação e descanso, com horários, com o conforto do grupo, entre outras atividades que visam garantir o bem-estar dos turistas. Essas atividades de cuidado podem ser vinculadas às atividades culturalmente desenvolvidas pelas mulheres em seus lares, justificando a predominância feminina na profissão.

Quando examinamos a distribuição por gênero nas atividades de guiamento em diferentes regiões do Brasil, observamos que, embora haja uma predominância feminina em termos nacionais, essa tendência é mais evidente no Sudeste, onde 52% são trabalhadoras mulheres. É importante notar que essa região abriga a maior concentração de guias de turismo do país. No entanto, nas demais regiões, os homens representam a maioria, com destaque para o Norte, onde chegam a compor 62% dos profissionais.

**Figura 2 – Distribuição dos guias de turismo pelo Brasil, por gênero, em 2020**



Fonte: Os autores (2021).

A entrevistada Isabel, que representa um coletivo municipal no Amazonas, comentou sobre a pouca presença feminina entre os guias da região. Para ela, os contextos de guiamento em selva e o contato frequente com animais são fatores que fazem as mulheres desistirem da profissão:

*- Eu sou a guia mais antiga que tem dentro da associação, já entrou várias guias e não aguenta. Às vezes elas tem medo entende? Tem guias formadas, mas que tem medo de cobra, ou então quando vê a primeira cobra não quer mais ir na floresta, entendeu? Pra mim é normal porque eu sou bióloga, então já tenho conhecimento técnico [...] Muitas mulheres desistiram por esse motivo, mas agora recentemente nós temos algumas mulheres bem ousadas, entende? que não tem medo [...] (Isabel, AM).*

#### 4.2.3 Escolaridade

Os trabalhadores do turismo apresentam um grau de instrução inferior se comparados aos demais trabalhadores sob regime CLT, embora nos últimos anos tenha havido uma significativa melhora na escolaridade de forma geral (Santos, 2018). Estudos do IPEA (2006) indicam que esse baixo padrão educacional no turismo compromete a qualidade da prestação de serviços aos turistas, ocasionando menores remunerações no setor em razão da baixa escolaridade dos trabalhadores.

As análises de Santos (2018) revelam uma contradição do mercado de trabalho em turismo, no que se refere aos índices de escolaridade. Ao comparar o grau de escolaridade com o índice de empregabilidade das ACTs, o autor aponta que qualificação não está vinculada diretamente à empregabilidade. As áreas que mais empregam são as menos qualificadas, enquanto as mais qualificadas são as que menos empregam.

Este fato evidencia a preferência do mercado por mão de obra com baixa qualificação, mais suscetível à precarização do emprego e com condições de trabalho ruins. Contraditoriamente, a qualidade dos serviços turísticos também é afetada. Por isso, o mercado passa a exigir qualificações, mas sem oferecer condições melhores aos trabalhadores. Nesse sentido, Valle (2003, p. 58) reconhece que os guias de turismo são fundamentais para a qualidade dos serviços, ainda assim “existe uma indisposição das agências para contratar guias altamente qualificados, já que isso implica custos que elas não estão dispostas a assumir”.

No ano de 2019, de acordo com o SIMT/IPEA (2019), a maioria dos trabalhadores do turismo com contratos formais tinha o ensino médio completo ou superior incompleto (72%). A parcela menos escolarizada, composta por indivíduos que tinham estudado até o 5º ano (correspondente ao ensino fundamental I), era de 4%. Enquanto isso, aqueles que haviam concluído do 6º ao 9º ano (equivalente ao ensino fundamental II) representavam 16%, e os graduados com ensino superior completo somavam 7%.

No caso dos guias de turismo, que não compõem integralmente uma única ACT, a situação é diversa. Todos os respondentes são guias de turismo regularizados e, portanto, possuem a formação técnica obrigatória para o exercício profissional. Nesse sentido, não há guias de turismo credenciados com o ensino fundamental incompleto. No entanto, 35% dos entrevistados afirmaram ter apenas a formação técnica exigida para o exercício da profissão, um índice consideravelmente menor se comparado aos 72% dos trabalhadores do setor turístico em geral.

Entre os guias de turismo, a maioria, representada por 39,9% dos respondentes, possui formação em nível universitário (ensino superior completo), um índice consideravelmente superior aos 7% registrados pelo IPEA para o total das ACTs. Além

disso, 19,7% possuem especialização e/ou MBA, 4,3% têm mestrado e 1,2% são doutores.

Examinando o grau de escolaridade dos guias de turismo por gênero, pode-se verificar que há uma diferença vertical entre as qualificações desses trabalhadores. As mulheres são maioria entre aqueles que possuem o ensino médio e técnico completo (51%), graduação (56%) e especializações (53%). No entanto, os homens são maioria entre os guias que possuem mestrado (57%) e doutorado (63%). Esse dado reflete uma disparidade entre os níveis de escolaridade apresentados na sociedade como um todo, onde os homens são maioria nas qualificações mais elevadas e as mulheres, diante dos inúmeros obstáculos estruturais, permanecem entre os menores índices de escolaridade.

Para tratar da escolaridade dos guias, fez mais sentido adicionar formações além do ensino superior, pela profissão exigir a formação técnica. Em síntese, esses dados indicam que os guias de turismo são trabalhadores altamente escolarizados; mais de 25% possuem pós-graduação (especializações, mestrado e doutorado), especialmente ao se comparar com outras ACTs. No entanto, como apresentado por Santos (2018), o grau de escolaridade não reflete diretamente na empregabilidade. No caso dos guias de turismo, especificamente, a ausência do curso técnico impede a atuação profissional e, portanto, configura-se como um impeditivo de acesso à profissão.

### 4.3 O perfil do/a trabalhador/a

A seguir, serão discutidas as dimensões e condições do trabalho do guia de turismo no Brasil, com base em questionários e entrevistas aplicados aos trabalhadores.

#### 4.3.1 (In)formalidade da ocupação

Até o final dos anos 1980, utilizava-se o termo “*setor informal*”, criado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), para designar pequenos comerciantes ou pequenos negócios que tinham pouca organização do processo produtivo (Alves; Tavares, 2006). Contudo, a partir de 1990, observa-se “o crescimento de outras formas de trabalho não regulamentadas pela legislação trabalhista, que podem ser vistas como participantes de um contexto mais amplo de precarização do trabalho” (Alves; Tavares, 2006, p. 428).

Em síntese, o conceito de trabalhador informal evoluiu. Diante disso, Cacciamali (2000), propõe o conceito de “*processo de informalidade*” para referir-se a essas novas dinâmicas resultantes de tais reestruturações. Para a autora, esse processo é composto por duas categorias principais: os assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria (ou similares, como microempresários). Os assalariados sem registro são aqueles contratados ilegalmente, às margens dos contratos trabalhistas, e que não possuem direitos trabalhistas e sociais (Cacciamali, 2000). Já os trabalhadores por conta própria atuam principalmente na prestação de serviço e criam uma ocupação no mercado para se auto empregar. Eles são, simultaneamente, patrões e empregados de si mesmos, podendo envolver familiares ou ajudantes assalariados no processo, estendendo seu próprio trabalho e buscando renda para sua reprodução e de sua família (Cacciamali, 2000).

Alves (2001) amplia o conceito de informalidade para englobar desde atividades informais tradicionais até as novas formas precarizadas de trabalho, incluindo terceirizados, temporários e contratos atípicos.

Assim, percebe-se que os trabalhadores informais não trabalham sob a lógica do lucro, mas sim da sobrevivência e manutenção dos sustentos das famílias (Cacciamali, 2000). Conforme apontado por Cacciamali (2000, p. 158), devido à escassez de empregos, é na informalidade que o exército de reserva do mercado de trabalho encontra subsistência, pois é onde se ocupa “a maior parte do excedente da oferta de trabalho urbana, com objetivo de gerar emprego e renda”, configurando-se, muitas vezes, como uma alternativa à miséria.

Apesar dessas características, a autora destaca que a renda dos trabalhadores por conta própria, pode ser superior à dos assalariados (com ou sem registro). Isso ocorre porque a renda desses trabalhadores depende fortemente da sua ocupação e da clientela, predominantemente composta por assalariados. Logo, seus ganhos estão interligados com a massa salarial proveniente dos empregados, tornando-os suscetíveis à instabilidade e incertezas na oferta e na frequência da demanda por serviços (Cacciamali, 2000).

Isso evidencia que essa renda é influenciada pela demanda por serviços, gerando instabilidade e incertezas quanto aos rendimentos médios. Os guias de turismo que não possuem vínculos empregatícios com agências ou transportadoras enquadram-se nessa situação, dependendo da demanda para terem seus ganhos, ou seja, informais.

Assim, compreendendo a noção de informalidade, sua diferenciação diante do conceito de setor informal e as conexões desse setor com a formalidade, fica claro que a informalidade é uma das principais características do trabalho no turismo, principalmente no caso dos guias de turismo.

Segundo o SIMT, em 2019, o Brasil empregava cerca de 2,2 milhões de trabalhadores, formais e informais, em atividades características do turismo, representando 2,3% da força de trabalho ocupada em outros setores econômicos. Dentre os trabalhadores do turismo, 51,2% estavam na informalidade, enquanto no restante da economia esse índice era de 41,6% (IBGE, 2019; IPEA, 2019).

A natureza do contrato de trabalho é crucial na definição da qualidade do emprego, pois os profissionais com vínculos empregatícios possuem todas as garantias previstas na legislação trabalhista, como folgas remuneradas, férias, décimo terceiro, seguro contra acidente, licença maternidade, pensões, indenizações por demissão sem justa causa, etc. Por essa razão, segundo Arbache (2001, p. 55), “empregos com contratos formais de trabalho são considerados na literatura como ‘bons empregos’, enquanto aqueles sem contrato de trabalho, ou informais, são considerados ‘maus empregos’”.

Para compreender as dinâmicas de formalidade e informalidade no trabalho dos guias de turismo, foi necessário cruzar os dados do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e dos Relatórios Estatísticos da Receita Federal. Considerou-se a totalidade de guias de turismo no Brasil como aquela apresentada trimestralmente pelos relatórios do Cadastur. Em dezembro de 2020, havia 24.308 trabalhadores ocupados com atividades de guiamento e devidamente registrados.

Para definir o emprego formal, utilizaram-se os dados da RAIS. A pesquisa dos registros como MEI foi realizada pela Receita Federal. Os guias de turismo, que se cadastram como microempreendedores individuais, vinculam-se a um CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). No caso dos guias, o CNAE referente à atividade principal é 7912-1/00 – ‘Operadores turísticos’, no qual se encontra a ocupação principal ‘Guia de turismo independente’.

No entanto, as ferramentas de pesquisa da Receita Federal não permitem a filtragem dos MEIs por ocupação principal, apenas por atividade principal. Por isso, foi necessário solicitar, por meio da lei de dados de acesso à informação no Portal da



Transparência do Ministério da Economia, os números de MEIs que listavam a ocupação principal como "guia de turismo independente".

**Tabela 3 – Guias de turismo formais/informais**

	VÍNCULOS	QUANTIDADE DE TRABALHADORES	% DE REPRESENTAÇÃO
Formais	Guias de turismo com vínculo CLT (A)	1.131	4,7%
Informais	Guias de turismo com registro como MEI (somente atividade principal como 'guia de turismo independente') (B)	8.665	35,6%
	Guias de turismo trabalhadores por conta própria (C) (C) = (D) – (A) – (B)	14.512	59,7%
<b>TOTAL DE GUIAS BRASIL (D)</b>		<b>24.308</b>	<b>100%</b>

Fonte: Cadastur (2020), Rais (2019) e RFB (2020), organizado pelos autores (2021).

Ao cruzar essas informações, constatou-se que 95,3% dos guias de turismo estão ocupados em atividades informais. Dentre eles, 35,6% estão registrados como microempreendedores individuais e 59,7% trabalham por conta própria. Entende-se que ambos os grupos estão em situações de auto emprego, criando ocupações para obtenção de renda para a reprodução de sua família.

Apesar de possuírem algumas garantias sociais mínimas, como auxílio em acidentes, licença maternidade e chance de aposentadoria, os guias MEIs possuem uma renda instável e incerta. Tanto eles quanto os trabalhadores por conta própria dependem da demanda de trabalho para gerar renda - ou seja, só ganham quando há trabalho disponível. Essa situação se agravou durante a pandemia, evidenciando ainda mais essa realidade.

Percebe-se que a maioria dos guias de turismo são trabalhadores por conta própria, incluindo os microempreendedores individuais (MEIs). Eles ocupam posições fora dos limites estabelecidos pela legislação trabalhista, ou em alguns casos, parcialmente regulamentadas, como é o caso dos MEIs, com o objetivo de se auto empregarem e obterem renda e sustento para si e suas famílias.

#### 4.3.2 Remuneração

Diversos autores (Cañada, 2019; Santos, 2018; Meliani, 2021) apontam os baixos rendimentos no setor, como um dos principais indicadores da precarização da atividade. De acordo com o SIMT/IPEA (2019), mais de 71% dos trabalhadores formais recebem remunerações mensais médias de até dois salários mínimos, confirmando a tendência de baixas remunerações nas Atividades Características do Turismo (ACTs).

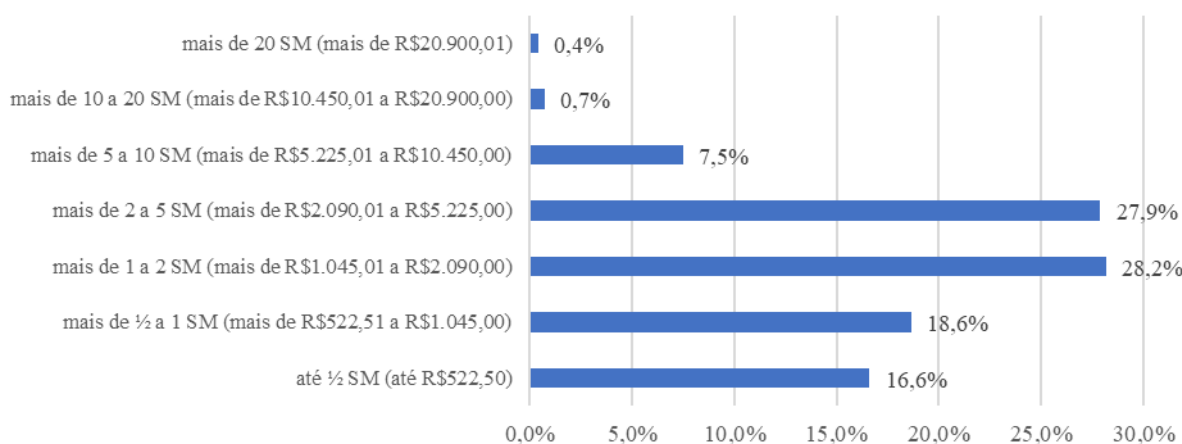
Entre os trabalhadores informais, o instituto separou as faixas de remuneração entre "até ½ salário mínimo" e "mais de ½ salário mínimo" (SIMT/IPEA, 2019). No ano de 2019, observou-se que a grande maioria (88,7%) dos trabalhadores informais no setor turístico recebia acima de ½ salário mínimo.

Ao tratar da remuneração dos guias de turismo, percebe-se que os valores cobrados pelas prestações de serviço dependem de uma série de fatores que divergem de região para região. Na maioria dos estados brasileiros identificou-se que os guias são remunerados por diária, seja integral ou meio período. Em algumas localidades, a remuneração é baseada no roteiro executado, com diferentes valores para atividades específicas como trilhas ou *city tours*. Em alguns casos menos comuns, o guia não recebe um valor pré-determinado, mas sim comissões com base no consumo dos turistas.

Além desses fatores influenciarem o valor da prestação de serviço (região, diária ou roteiro), o número de pessoas, o meio de transporte utilizado, o domínio de idioma estrangeiro e a modalidade do guiamento (emissivo/receptivo), também são categorias que interferem nos valores cobrados. Por esse motivo, é complexo determinar a faixa salarial ou um método uniforme de remuneração para os guias de turismo no Brasil.

Aplicando-se o critério das categorias com faixas salariais mais amplas, utilizados pelo IBGE, observou-se que a maior parte (28,2%) dos trabalhadores das atividades de guiamento recebem mensalmente de 1 SM a 2 SM, o que resulta na faixa salarial de R\$1045,00 a R\$2090,00.

**Gráfico 41 – Remuneração média dos guias de turismo**



Fonte: os autores (2021)

Ao analisar a remuneração média dos guias por gênero, mais uma tendência do mundo do trabalho se confirma: as mulheres são maioria entre as remunerações mais baixas. No entanto, na amostra dessa pesquisa, apenas mulheres disseram ganhar a faixa salarial de mais de 20 SM, ao mesmo tempo que apenas homens se enquadram na faixa de 10 a 20 SM.

Na área do guiamento, mostram-se evidentes as diferenças regionais. Por isso, foram realizadas análises sobre as remunerações, por região. Foi possível perceber que os guias das regiões Norte e Nordeste são maioria entre os que recebem até 1 SM, enquanto os guias que recebem mais de 10 SM são aqueles atuantes nas regiões Sul e Sudeste.

Nas regiões Norte e Sul, os trabalhadores não seguem a tendência nacional e a maioria tem remuneração um pouco acima da média, recebendo de 2 a 5 salários mínimos. Já nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, a maior parte recebe como a média nacional da categoria de 1 a 2 SM.

Destaca-se que apenas no Sul e no Sudeste existem guias com remuneração superior à 10 SM. Curiosamente, nessas áreas, há uma maior incidência de comissionamento nos atrativos e equipamentos turísticos. Isso sugere que os guias são melhores remunerados por meio de comissionamentos do que pelos valores pré-estabelecidos, como diária ou roteiros. No entanto, essa situação é preocupante, devido à incertezas e inseguranças associadas ao comissionamento.

#### 4.3.3 Jornadas de Trabalho

O estudo das jornadas de trabalho implica na análise da carga horária dedicada às ocupações profissionais. Normalmente, tratando-se de vínculos formais de emprego, considera-se a carga horária semanal definida em contrato de trabalho.

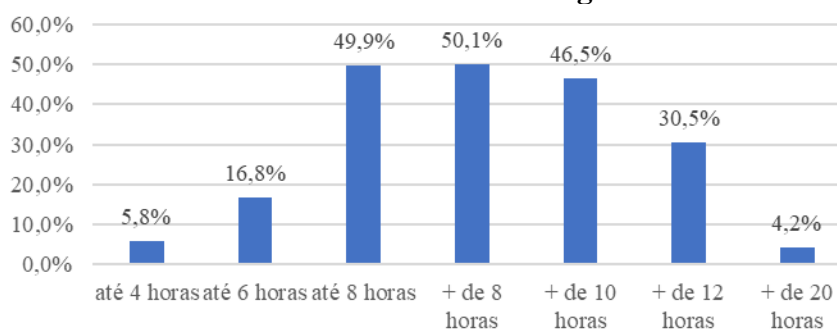
Entre os trabalhadores formais do turismo, ocupados em atividades características analisadas pelo SIMT/IPEA (2019), destaca-se que 87,8% têm contratos com mais de 41 horas semanais. Isso contrasta com os demais trabalhadores formais da economia, onde, segundo Santos (2018), o percentual com esse tipo de contrato era de 84% em 2013.

Entre os guias de turismo a mensuração da jornada é mais incerta, pois na ausência de contratos formais, a carga horária dedicada às atividades de guiamento varia de acordo com os roteiros, *tours* e passeios realizados. Adicionalmente, esses trabalhadores não possuem frequência de trabalho pré-estabelecida, podendo trabalhar um ou sete dias na semana. Outro fator que impacta na composição da carga horária dos guias é a sazonalidade, pois em períodos de baixa temporada a frequência de trabalho é menor do que nos períodos de alta, consequentemente, as jornadas de trabalho da alta temporada são mais exaustivas do que na baixa.

Entendendo as particularidades do trabalho dessa categoria, foi possível perceber que o cálculo de uma carga jornada de trabalho semanal não refletiria a realidade desses trabalhadores, principalmente diante de tantas variantes (duração do passeio, tipo de roteiro, frequência de trabalho, sazonalidade).

*- Depende do tipo de serviço. Se for visita um atrativo, como receptivo, é de 6 a 8 horas com o pessoal. Agora se for pra levar alguma viagem, como emissivo, daí fico 24 horas com o pessoal até voltar pra cá (p. 122).*

A pesquisa mostrou que 70% dos guias realizam majoritariamente passeios de períodos integrais. Ao investigar a duração desses passeios, em horas trabalhadas, constatou-se que apenas 16,8% dos guias realizam passeios de até seis horas, que configurariam as atividades de meio período. Mais da metade dos guias de turismo trabalha mais de oito horas por dia de guiamento e, entre eles, 30,5% trabalham mais de 12 horas por dia.

**Gráfico 5 – Jornadas de trabalho dos guias de turismo**

Fonte: Os autores (2021).

O Gráfico 5 apresenta uma informação que chama a atenção: a participação dos guias que relatam trabalhar mais de 20 horas por dia. Sobre esse assunto, os próprios trabalhadores explicaram que se trata da modalidade de atuação (emissivo/receptivo). Os guias receptivos, que acolhem os turistas em um destino específico, tendem a ter jornadas mais curtas, geralmente entre 8 a 12 horas por dia, pois após realizar o passeio contratado, se despedem dos visitantes. Já os guias emissivos, responsáveis por acompanhar os turistas durante todo o percurso das viagens, precisam permanecer disponíveis o tempo todo. Por esse motivo, é comum que trabalhem até 24 horas, já que mesmo durante o descanso, mantêm-se à disposição dos visitantes.

*- Trabalho acompanhando grupos pelo exterior, em viagens com 2 ou 3 semanas de duração, durante as quais, minha atuação é integral, não havendo folgas ou descansos (p. 298).*

*- No contrato não tem horário especificado, mas somos responsáveis pelo grupo 24h/dia mas recebemos por 8h trabalhada (p. 514).*

Em suma, nota-se que os guias de turismo possuem jornadas de trabalho muito flexíveis, em razão da frequência da atividade e da sazonalidade. No entanto, outros determinantes, como a categoria de atuação e o tipo de passeio a ser realizado também impactam na duração da prestação de serviços. Ainda assim, é notório que esses trabalhadores apresentam, em sua maioria, jornadas exaustivas e flexíveis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho tem se tornado mais intenso, flexível e precário, evidenciando “novas” características que aumentam a precarização das atividades laborais, contribuindo para a piora da qualidade do emprego e das condições de trabalho. No âmbito do turismo, observa-se que a organização do trabalho também mudou, manifestando elementos das novas configurações do trabalho na contemporaneidade. Afinal, apesar das suas singularidades, o setor não se apresenta isolado da totalidade. É preciso analisar e discutir criticamente a qualidade e as condições desses postos de trabalho. Para além da quantidade de empregos, é preciso refletir sobre as condições em que se encontram esses trabalhadores.

No âmbito das pesquisas em turismo, são escassas as tentativas de analisar as realidades dos trabalhadores, especialmente em virtude da heterogeneidade das atividades características e pela ausência de dados e estatísticas. Diante dessas lacunas, esta pesquisa

foi desenvolvida com o objetivo de caracterizar o trabalho dos guias de turismo no Brasil e analisar a qualidade e as condições de sua atuação, identificando os principais indícios de precariedade.

Os resultados revelam que as características do trabalho do guia de turismo diferem das outras Atividades Características do Turismo (ACT's), especialmente no que tange às questões de faixa etária e escolaridade; no entanto assemelham-se em função das longas jornadas, baixos rendimentos e alta informalidade. Uma das principais contradições verificadas é a de que altos índices de escolaridade e a regulamentação da profissão não são suficientes para melhoraria das condições de trabalho e diminuição das manifestações de precariedade. Isso ficou evidente durante a pandemia, quando a categoria se viu desamparada, tendo que buscar soluções por conta própria para garantir sua subsistência.

Por fim, entende-se que não há conclusão para processos históricos e dialéticos, afinal, são processos que não se findam em si mesmos, mas geram novas problemáticas. Assim, não se pretende com essa pesquisa, e com seus próprios limites, esgotar as análises sobre o tema, mas, pelo contrário, iniciar uma discussão e apontar problematizações que retratam um momento histórico e podem subsidiar outras reflexões futuramente.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho "autonomia" ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 425-444.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital**. 2nd ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

AP, J.; WONG, K. K. F. Case study on tour guiding: professionalism, issues and problems. **Tourism Management**, v. 22, p. 551-563, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cadastur**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cadastur>.

CACCIAMALI, M. C. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

CAÑADA, E. Trabajo turístico y precariedade. In: CAÑADA, E.; MURRAY, I. (Eds.). **Turistificación global: Perspectivas críticas em turismo**, p. 267-287. Barcelona: Icaria Editorial, 2019.

CHIMENTI, S.; TAVARES, A. M. **Guia de Turismo: o profissional e a profissão**. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

HOLLOWAY, J. C. The Guided Tour: A Sociological Approach. **Annals of Tourism Research**, v. 8, n. 3, p. 377-402, 1981.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>.

IPEA. **Caracterização da mão-de-obra formal do setor turismo com estimativas baseadas nos dados da Rais de 2004**. 2004.

IPEA. **Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo - SIMT**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html>.

IRIGÜLER, F.; GÜLER, M. E. Tourist Guiding: “Cinderella” of the Tourism. **Global Issues and Trends in Tourism**, v. 203, p. 203–220, 2016.

MATTOS, M. B. **A Classe Trabalhadora: de Marx ao Nosso Tempo**. Boitempo, 2019.

MEIRA, C. M. de; KUSHANO, E. S.; HINTZE, H. C. Apontamentos históricos sobre a profissão do guia de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 6, n. 1, p. 1–19, 2018.

MELIANI, P. F. Turismo e trabalho no Brasil: O perfil da força de trabalho ocupada no turismo brasileiro no contexto contemporâneo de flexibilização das relações de trabalho. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, p. 90–108, 2021.

OMT. **El futuro del trabajo en el turismo y el desarrollo de competencias**. Madrid: UNWTO, 2020.

PICAZO, C. **Asistencia y guía a grupos turísticos**. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.

POCHMANN, M. **O Emprego na Globalização: A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil Escolheu**. Boitempo Editorial, 2001.

RABOTIC, B. **Professional tourist guiding: the importance of interpretation for tourist experiences**. In: 20th Biennial International Congress: New Trends in Tourism and Hotel Management. *Anais*, 2010.

SANTOS, B. P. G. dos; TOMAZZONI, E. L. O reconhecimento do guia de turismo e as pesquisas sobre essa atividade profissional nas revistas científicas brasileiras. **Revista Turismo em Análise**, v. 31, p. 77–95, 2020.

SANTOS, L. E. de F. **Trabalho no turismo: faces da precarização de um proletariado contemporâneo e de serviços**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

UNWTO. **Guide with Best Practices Measuring Employment in the Tourism Industries**. Madrid: UNWTO, 2014.

UNWTO. **Annual Report 2014 (Vol. 21)**. UNWTO, 2015.

VALLE, I. A. de. **A Profissão de Guia de Turismo: Conhecendo o Passado e o Presente para Projetar o Futuro**. Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Federal da Bahia, 2003.

WTTC. **Travel & Tourism Economic Impact**. Disponível em: <https://wttc.org/Research/Economic-Impact>.

ZETTERMANN, G. D.; VERGARA, L. G. L. O guia de turismo: uma abordagem legal sobre uma profissão no Brasil. **Revista Turismo - Visão e Ação**, v. 19, n. 1, p. 185–215, 2017.

### ***Destination Spokespersons: an analysis of the work of tourist guides in Brazil.***

#### **Abstract**

*The world of work has undergone profound transformations, becoming more intense, flexible and precarious. We observe the withdrawal of labor rights, the increase in outsourcing and informality, the reduction of wages, the expansion and flexibility of working hours, the weakening of union actions, and the valorization of the entrepreneurial ideology. Workers in the tourism sector have also been affected by these metamorphoses, including tourist guides, the first and only recognized and regulated profession in the sector in Brazil. The tourist guides are the professionals who guide, accompany and provide information to tourists, offering insights into local culture and attractions. They act as mediators between tourists, the host community and companies, contributing to the quality of services and the preservation of the destination's identity and values. However, little is known about the profile of the worker and the dimensions and conditions of the work. Therefore, the aim was to characterize the work of tourist guides in Brazil and, and specifically analyze the quality and conditions of their performance, identifying the main manifestations of precariousness. The methodological procedures included bibliographic and documentary research, as well as the application of questionnaires and interviews. The results indicate that the work of tourist guides differs from other ACTs, especially regarding age and education issues, while resembling them in terms of long working hours, low incomes, high informality, and encouragement of self-employment. Understanding these characteristics leads to the conclusion that, despite being a recognized and regulated profession, it presents precarious conditions, mainly due to long working hours and high informality, leaving workers without labor rights. Finally, new issues are highlighted, so it is imperative to foster further discussions about the working conditions of tourist guides, while simultaneously encouraging collective organization within the profession to combat work precarization.*

**Keywords:** *Tourist guide. Work in tourism. Working conditions. Brazil.*